*INTERVENÇÃO EM MUNICÍPIO — DECISÃO NÃO-JURISDICIONAL —
RECURSO EXTRAORDINÁRIO*

— Não cabe recurso extraordinário contra decisão de Tribunal de Justiça requisitando intervenção em Município por não se tratar de ato de caráter jurisdicional.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Agravado de Instrumento nº 248.380

Agravante: Município de Diadema
Agravado: Higino Gomes da Silva
Relator: Sr. Ministro CELSO DE MELLO

Despacho do Relator
EMENTA: INTERVENÇÃO ESTADUAL
EM MUNICÍPIO DESCUMPRIMENTO DE
ORDEM JUDICIAL (CF, ART. 35, IV) RE-
QUISICÃO EMANADA DE TRIBUNAL

DE JUSTIÇA. NATUREZA JURÍDICA DO
MECANISMO CONSTITUCIONAL DA IN-
TERVENÇÃO PROCEDIMENTO DE CA-
RÁTER POLÍTICO-ADMINISTRATIVO.
NÃO-CONFIGURAÇÃO DA EXISTÊNCIA

DE CAUSA. DESCABIMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO IMPROVIDO.

— *Não cabe* recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça, que, *em sede de procedimento de intervenção estadual em Município*, instaurado para prover a execução de ordem judicial, requisita, ao Governador do Estado, a decretação do ato interventivo. É que; em tal situação, a atividade desenvolvida pela Corte judiciária local, no exame do pedido de intervenção, *não* se reveste de caráter jurisdicional, *afastando*, por isso mesmo, a possibilidade de reconhecimento, na espécie, da *necessária* existência de uma causa, para os fins a que se refere o art. 102, III, da Constituição da República. *Precedentes*.

DECISÃO: O recurso extraordinário — a que se refere o presente agravo de instrumento — *insurge-se* contra acórdão proferido por Tribunal de Justiça, que, *ao acolher* pedido de *intervenção estadual em Município*, deduzido com fundamento em inexecução de ordem judicial (CF, art. 35, IV), *requisitou*, ao Governador do Estado, a efetivação do ato interventivo.

Cabe analisar, *preliminarmente*, a questão concernente à *admissibilidade* de recurso extraordinário deduzido contra acórdão que julga *pedido de intervenção* formulado contra entidade política, por alegado descumprimento de ordem judicial.

Sob tal perspectiva, entendo que o recurso extraordinário — que foi *corretamente* denegado na origem — *é insuscetível* de conhecimento, eis que impugna decisão resultante de atividade materialmente administrativa desenvolvida pelo Tribunal *a quo*, em *procedimento* cuja natureza — por revelar-se *destituída* de caráter jurisdicional — *não* se ajusta ao conceito constitucional de *causa*.

Nas hipóteses de descumprimento de ordem ou de sentença judiciais (CF, art. 34, VI e art. 35, IV), o procedimento destinado a viabilizar a efetivação de intervenção — *seja* de intervenção federal nos Estados-membros, *seja* de intervenção estadual nos Municípios — *reveste-se de caráter político-administrativo*, muito embora instaurado perante órgão competente do Poder Judiciário (CF, art. 36; II e art. 35, IV).

Com efeito, a atividade desenvolvida pelo Tribunal de Justiça; *no processamento do pedido de intervenção estadual em Município*, decorre do exercício, por essa Corte judiciária; de uma típica função de natureza político-administrativa, *desvestida*, por isso mesmo, de qualquer atributo de índole jurisdicional.

Esse entendimento — que acentua *revestir-se* de caráter político-administrativo o procedimento de requisição de *intervenção estadual nos Municípios*, instaurado com o objetivo de prover a execução de ordem judicial — encontra *pleno* suporte na *jurisprudência* do Supremo Tribunal Federal que tem assinalado *não caber recurso extraordinário* dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça, no julgamento dos pedidos de intervenção, ante a circunstância de que a *ausência* de atividade jurisdicional no contexto em referência *impede* que se reconheça, em tal específica situação, a existência de *causa*, o que *inviabiliza*, em consequência, o próprio conhecimento do apelo extremo (Ag 219.149-PR, Rel. Min. NELSON JOBIM — Ag. 239.042-SP Rel. Min. SYDNEY SANCHES — RE 203.175-SP Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI — RE 237.571-SP Rel. Min. ILMAR GALVÃO — Pet 1.256-SP Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, *Pleno*, v.g.).

Cumpra ter presente, *bem por isso*, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, versando o tema da interponibilidade do apelo extremo, na estrita perspectiva dos atos de natureza jurisdicional proferidos no âmbito de uma causa, adverte:

“São impugnáveis na via recursal extraordinária apenas as decisões finais proferidas no âmbito de procedimento judicial que se ajuste ao conceito de causa (CF, art. 102, III). A existência de uma causa — que atua como inafastável pressuposto de índole constitucional inerente ao recurso extraordinário — constitui requisito formal de admissibilidade do próprio apelo extremo.

A locução constitucional “causa” designa, na abrangência de seu sentido conceitual todo e qualquer procedimento em cujo âmbito o Poder Judiciário, desempenhando sua função institucional típica, pratica atos de con-

teúdo estritamente jurisdicional. Doutrina e jurisprudência.”

(RTJ 161/1031, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Foi com o propósito de assegurar o primado do ordenamento constitucional que se delineou o perfil do recurso extraordinário, vocacionado a atuar, *nos procedimentos de índole estritamente jurisdicional* como instrumento de impugnação excepcional de atos decisórios finais, sempre que estes proferidos em única ou em última instância, incidirem em qualquer das hipóteses taxativas definidas no art. 102, inciso III, da Lei Básica.

A ativação da competência recursal extraordinária do Supremo Tribunal Federal *está sujeita*, portanto à rígida observância, *pela parte recorrente*, dos diversos pressupostos que condicionam a utilização da via excepcional do apelo extremo.

Dentre os pressupostos de recorribilidade, um há que *por específico* impõe que a decisão impugnada tenha emergido de, uma *causa*, vale dizer, *de um procedimento de índole jurisdicional*.

Isso significa que *não basta*, para efeito da adequada utilização da via recursal extraordinária, que exista controvérsia constitucional. É *também* preciso que esse tema de direito constitucional positivo tenha sido decidido no âmbito de uma *causa*. Essa locução constitucional — “*causa*” — encerra um conteúdo específico e possui um sentido conceitual próprio.

Não é, pois, *qualquer* ato decisório do Poder Judiciário que se expõe; *na via do recurso extraordinário*, ao controle jurisdicional do Supremo Tribunal Federal. *Acham-se excluídos* da esfera de abrangência do apelo extremo todos os pronunciamentos que, embora formalmente oriundos do Poder Judiciário (*critério subjetivo-orgânico*), não se ajustam à noção de ato jurisdicional (*critério material*).

A expressão *causa* na realidade, designa qualquer procedimento em que o Poder Judiciário, desempenhando a sua função institucional típica, resolve ou previne controvérsias mediante atos estatais providos de *final enforcing power*. É-lhe ínsita — enquanto estru-

tura formal em cujo âmbito se dirimem, *com carga de definitividade*, os conflitos suscitados — a presença de um ato decisório *proferido em sede jurisdicional*.

Dai o magistério de JOSÉ AFONSO DA SILVA (“*Do Recurso Extraordinário no Direito Processual Brasileiro*”, p. 292/293 1963, RT, nota de rodapé nº 572) que apoiado nas lições de MATOS PEIXOTO (“*Recurso Extraordinário*” pág. 212, item nº 25, 1935; Freitas Bastos) e de CASTRO NUNES (“*Teoria e Prática do Poder Judiciário*”, p. 334, item nº 6, 1943, Forense) *adverte* que o objeto de impugnação na via do apelo extremo será, *sempre e exclusivamente*, a decisão que resolver, *de modo definitivo*, a situação de litigiosidade constitucional suscitada.

Os atos decisórios do Poder Judiciário; *que venham a ser proferidos em sede meramente administrativa*, não encerram, por (isso mesmo, conteúdo jurisdicional, deixando de veicular, *em consequência*, a nota da definitividade que se reclama aos pronunciamentos suscetíveis de impugnação na via recursal extraordinária.

Sendo assim, *ainda que judiciária a autoridade* de que emanou o pronunciamento impugnado, *não terá pertinência o recurso extraordinário*, se a decisão houver sido proferida em sede estritamente administrativa, como ocorre; *por exemplo*, com os atos judiciais praticados no *procedimento de dúvida* (RTJ 50/196 — RTJ 66/514 — RTJ 90/676 — RTJ 90/913 — RTJ 97/1250 — RTJ 109/1161), ou no *procedimento de justificação* instaurado perante a Justiça Militar (RTJ 94/1188 — RTJ 102/440 — RTJ 127/669) ou no procedimento iniciado com a expedição dos precatórios (RTJ 161/796, Rel. Min. MARCO AURÉLIO — Ag 155.718-SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE — Ag 157.166-SP Rel. Min. CELSO DE MELLO — Ag 162.775-SP Rel. Min. CELSO DE MELLO — RE 209.737-SP (AgR. Rel. Min. CARLOS VELLOSO), ou, ainda, *como no caso de que ora se cuida*, nos procedimentos de requisição de *intervenção estadual nos Municípios*, para prover a execução de ordem judicial (Pet 1.256-SP Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, v.g.).

Na realidade, a orientação jurisprudencial prevalecente no Supremo Tribunal Federal, em tema de procedimento interventivo instaurado para prover a execução de ordem judicial, nada mais reflete senão o entendimento de autorizado magistério doutrinário, que, ao examinar o mecanismo constitucional da intervenção federal ou estadual — quer esta assuma forma vinculada ou forma discricionária — assinala que esse excepcional instrumento ostenta, em função de sua natureza mesma, um típico perfil de ordem político-administrativa (ALEXANDRE DE MORAES, “Direito Constitucional”, p. 285, item nº 3.1, 6ª ed., 1999; Atlas; JOSÉ NILO DE CASTRO “Direito Municipal Positivo” p. 334 item nº 6, 3ª ed., 1966, Del Rey; JOSÉ AFONSO DA SILVA, “Curso de Direito Constitucional Positivo”, p. 483, item nº 2, 15ª ed., 1998, Malheiros; HELY LOPES MEIRELLES, “Direito Municipal Brasileiro”, p. 102, 6ª ed/3ª tir., 1993, Malheiros; PINTO FERREIRA, “Comentários à Constituição Brasileira”, vol. 2/302, 1990, Saraiva; CELSO RIBEIRO BASTOS, “Comentários à Constituição do Brasil”, vol. 3, tomo II, p. 328, 1993,

Saraiva; WOLGRAN JUNQUEIRA FERREIRA, “Comentários à Constituição de 1988”, p. 441, 1989, Julex. v g.).

Em suma: não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça, que, em sede de procedimento de intervenção estadual em Município, instaurado para prover a execução de ordem judicial, requisita, ao Governador do Estado a decretação do ato interventivo. É que, em tal situação, a atividade desenvolvida pela Corte judiciária local, no exame do pedido de intervenção, não se reveste de caráter jurisdicional, afastando, por isso mesmo, a possibilidade de reconhecimento, na espécie, da necessária existência de uma causa, para os fins a que se refere o art. 102, III, da Constituição da República.

Sendo assim, pelas razões expostas — e considerando, notadamente, os precedentes invocados —, nego provimento ao presente agravo de instrumento, por revelar-se evidentemente, incabível, na espécie, o recurso extraordinário a que ele se refere.

Publique-se

Brasília, 09 de agosto de 1999.

Ministro CELSO DE MELLO, Relator